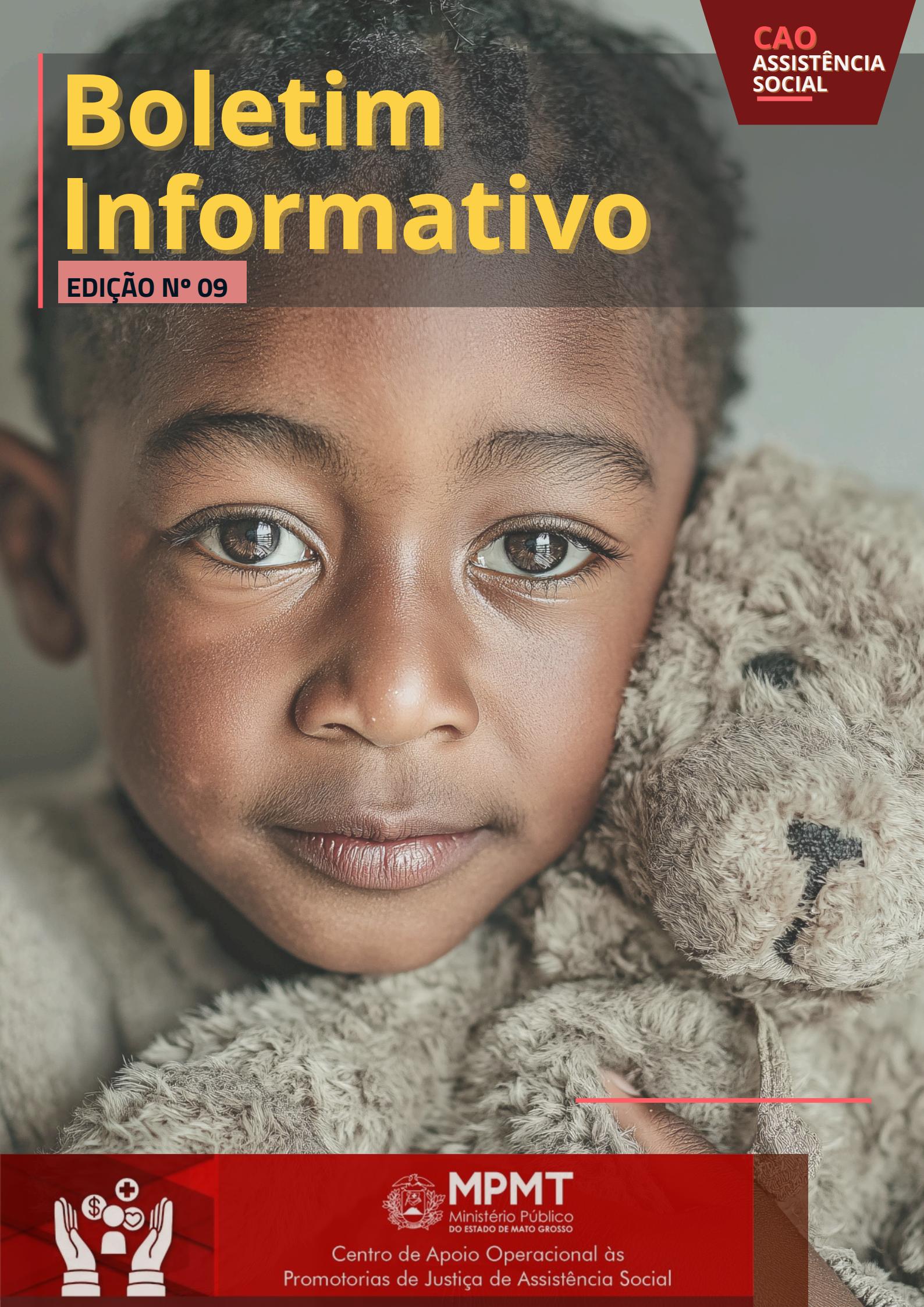


Boletim Informativo

EDIÇÃO N° 09



Centro de Apoio Operacional às
Promotorias de Justiça de Assistência Social

APRESENTAÇÃO

O 9º Boletim Informativo do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Assistência Social de 2025 apresenta uma síntese das discussões e dos avanços na política de assistência social. Dentre as matérias em destaque, figuram a **integração entre Bolsa Família e políticas educacionais**, e a **formação para trabalho e renda promovida pelo Programa Cozinha Solidária**. Adicionalmente, esta edição traz informações sobre a aprovação de medidas relevantes, tais como a alteração da **Tarifa Social de Energia Elétrica** para isentar famílias de baixa renda, a destinação de recursos para a **conclusão de moradias do programa Minha Casa** e a atuação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) em apoio aos objetivos da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Nessa perspectiva, e mantendo a abordagem institucional, esta edição se concentra na temática da **vulnerabilidade social e no papel fundamental do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. A vulnerabilidade é entendida não apenas como decorrente da insuficiência de renda, mas como um fenômeno multifatorial que engloba a exclusão, a discriminação e as múltiplas barreiras no acesso a direitos e oportunidades. Neste contexto, o SUAS se estabelece como um mecanismo estruturado e indispensável para a prevenção de riscos e a inclusão social, sendo coordenado pelo MDS e garantindo o acesso a serviços descentralizados e o fortalecimento da rede de proteção em todo o território nacional.

Por conseguinte, a **atuação do Ministério Público revela-se crucial na garantia da efetividade dessa política pública**. O trabalho contínuo da instituição visa à fiscalização e à promoção da intersetorialidade—a exemplo da colaboração entre MDS e MEC para o Bolsa Família—, buscando assegurar que o sistema cumpra sua missão de proteger os cidadãos em situação de maior vulnerabilidade. Esta edição aprofunda a análise desses desafios e avanços, incluindo as aprovações legislativas em Comissões, e reitera o compromisso institucional com a proteção social e a promoção da dignidade humana.

Boa leitura!



SUMÁRIO



01. NOTÍCIAS

02. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT).

03. ATUAÇÃO MINISTERIAL (OUTROS MP'S).

04. INDICAÇÕES INTERATIVAS

05. ATOS NORMATIVOS

Equipe

Tessaline Luciana Higuchi Viegas Devesa Cintra
Promotora de Justiça - Coordenadora

Roberta Camara Vieira Jacob
Promotora de Justiça - Coordenadora Adjunta

Jovana Albues da Silva
Auxiliar Ministerial (Direito)

Mateus dos Santos Gomes Cardoso
Residente (Direito)

1. NOTÍCIAS



Movimentos sociais se reúnem para discutir propostas para a VI Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social da América Latina e do Caribe

Os preparativos para a VI Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social da América Latina e do Caribe tiveram início, no dia 1º de setembro, com um seminário que serviu para que os movimentos sociais elaborassem recomendações aos líderes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

O diretor da Divisão de Desenvolvimento Social da Cepal, Alberto Mesa, prestigiou a cerimônia de abertura do seminário e enfatizou o quanto estas iniciativas são necessárias para que as políticas públicas funcionem de forma eficaz e com a ajuda da população. “Este encontro que estamos realizando também é uma oportunidade para reconhecer a sociedade civil”, pontuou.

Para o secretário de Assuntos Multilaterais Políticos do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Carlos Márcio Cozendey, estes encontros poderão trazer bons resultados no avanço das políticas assistenciais que combatem as desigualdades. “As políticas públicas ganham legitimidade quando dialogam com a sociedade. Temos afirmado que a participação social deve ser integral. Que os resultados possam frutificar na cúpula regional.”

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, lembrou o quanto a participação social é bem-vinda pelo Governo do Brasil. “Parabenizo a iniciativa do MDS por sediar essa reunião de preparação e fazer este seminário com a sociedade civil. É determinação do presidente Lula que as políticas do Brasil tenham a digital do nosso povo. Não existe uma política bem-sucedida se ela não tiver a participação da sociedade”, analisou.

Fonte: Governo Federal.

Programa Cozinha Solidária promoverá formação para 100 unidades, em três estados



Além de importante instrumento para a segurança alimentar do país, o Programa Cozinha Solidária avança com políticas de formação para geração de trabalho e renda nos territórios mais vulneráveis. No dia 4 de setembro, o II Encontro Nacional do programa finalizou as oficinas da Modalidade de Apoio à Formação no campus da Fiocruz, no Rio de Janeiro. O evento contou com a participação de 150 pessoas e 60 representantes de cozinhas de todo o país.

As oficinas foram organizadas como espaços de escuta ativa para identificar possibilidades de parcerias e demandas específicas das comunidades atendidas pelo programa. A iniciativa marca a fase de implementação da Modalidade de Formação, que começa neste mês, com cursos-piloto em três estados.

O significado histórico das cozinhas solidárias como espaços de formação e cidadania foi lembrado por Juliana Torquato, membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). “Essas experiências concretas, que inspiram políticas públicas, representam muito mais que produção de refeições. São espaços onde se fortalecem a luta pela cidadania e se constroem soberania alimentar a partir dos territórios, mantendo vivos os princípios e autonomias que as comunidades historicamente construíram”, afirmou a conselheira.

Fonte: Governo Federal.

MDS e MEC fortalecem integração entre Bolsa Família e políticas educacionais

Alinhar ações conjuntas entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) para reforçar as condicionalidades do programa Bolsa Família no campo da educação. Esse foi o objetivo da reunião ocorrida entre representantes da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc / MDS) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC), em Brasília.

Durante a agenda, os participantes avaliaram as diferentes formas de aumentar a contribuição do MEC no acompanhamento e na inclusão de beneficiários do Bolsa Família em programas educacionais. A pauta reforçou o compromisso do governo em assegurar que as condicionalidades do programa, como a frequência escolar, sejam não apenas monitoradas, mas também transformadas em oportunidades de acesso, permanência e sucesso dos estudantes na rede de ensino.

Na reunião, foi destacada a necessidade de evidenciar, nos programas educacionais, quem são os beneficiários do Bolsa Família, de forma a garantir a disponibilidade dessas informações para acompanhamento, análise e aprimoramento das políticas públicas. Outro ponto enfatizado foi a importância do aprofundamento de estudos sobre a presença e as potencialidades desses beneficiários no Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As medidas têm como objetivo fortalecer a integração entre proteção social e políticas educacionais, criando condições mais sólidas para que crianças, adolescentes, jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade tenham oportunidades de desenvolvimento.

O MDS considera a integração interministerial importante para potencializar o impacto do Bolsa Família e reforça o papel estratégico da educação como pilar da superação da pobreza. A aproximação entre as pastas, aliada ao apoio de pesquisadores e especialistas, busca assegurar que cada família beneficiária do programa tenha acesso não apenas à renda, mas também a condições efetivas de inclusão educacional e social.

O encontro foi conduzido pela secretária da Secadi, Zara Figueiredo, com participação da secretária Nacional de Renda de Cidadania, Eliane Aquino. Também estiveram presentes professores e pesquisadores de universidades e centros de pesquisa, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), além de técnicos das duas pastas.

Fonte: Governo Federal.



Em webinário, Brasil celebra mais de 20 anos de políticas sociais



O Banco Mundial e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) promovem, no dia 17 de setembro, o primeiro evento de uma série dedicada à proteção social. O webinário "Mais de Vinte Anos de Proteção Social no Brasil – lições e próximos passos" reunirá o ministro titular do MDS e três secretários da pasta para discutir os avanços, inovações e desafios de um dos sistemas de proteção social mais reconhecidos no mundo.

Ao longo das últimas duas décadas, o Brasil tornou-se referência global no combate à fome e à pobreza, com programas como o Bolsa Família, o registro social Cadastro Único e a ampla rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esses instrumentos foram decisivos para retirar milhões de pessoas da extrema pobreza e da fome, ao mesmo tempo em que inspiraram iniciativas internacionais. Em 2024, na presidência brasileira do G20, foi lançada a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, ampliando ainda mais a liderança do país no tema.

A programação inclui uma introdução sobre os avanços das últimas duas décadas, seguida de debates com cada secretário sobre o novo desenho do Bolsa Família, a modernização do Cadastro Único e a importância do SUAS para garantir serviços descentralizados em todo o território nacional. O ministro fará a abertura e o encerramento, destacando a visão estratégica do Governo Federal para enfrentar os desafios atuais de combate à fome, pobreza e desigualdade.

Fonte: Governo Federal.

Comissão aprova MP que zera conta de luz para famílias de baixa renda



A comissão mista da Medida Provisória (MP) 1.300/2025 aprovou, no dia 3 de setembro, o texto que altera a Tarifa Social de Energia Elétrica para isentar famílias de baixa renda da conta de luz em casos de pouco consumo. A MP ainda será votada nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

O texto garante isenção total da conta de luz para famílias de baixa renda que consumirem até 80 quilowatts-hora (kWh) por mês. Hoje, a Tarifa Social concede descontos parciais – entre 10% e 65% – para consumo mensal de até 220 kWh. Além disso, famílias do Cadastro Único com renda entre meio e um salário mínimo serão isentas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) no consumo de até 120 kWh mensais.

Entre outros pontos relacionados à conta de luz, a MP prevê tarifas diferenciadas por horário de consumo, fornecimento de energia pré-paga e diferentes tipos de tarifa conforme critérios de local e de complexidade. Também há critérios para descontos especiais e isenção para comunidades rurais, indígenas e quilombolas.

O texto da MP também prevê as responsabilidades do contratado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para atividades relacionadas aos processos de formação de preços da energia, seja pessoa natural ou jurídica, sem eliminar a eventual responsabilidade subsidiária da própria câmara.

Fonte: Senado Notícias.

MDS designa representantes do GT para cooperação acadêmica em apoio aos objetivos da Aliança Global

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) publicou, no dia 23 de setembro, portaria que designa os representantes do Grupo de Trabalho para Cooperação Acadêmica em apoio aos objetivos da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. O objetivo do GT é inserir a academia brasileira e internacional no debate da Aliança Global.

"A expectativa é reunir universidades brasileiras que pesquisem a temática para divulgar as políticas públicas da Aliança e ampliar a integração internacional nesses estudos", disse o consultor Jurídico do MDS e coordenador do GT, João Paulo Santos. "O MDS acredita na necessidade de reforçar os estudos, pesquisas e projetos de extensão na área da fome e da pobreza", completou.

A colaboração com os objetivos da Aliança Global se dará, especialmente, no reforço do Pilar do Conhecimento, catalogando boas políticas públicas para que possam ser inseridas na Aliança e divulgando a própria Aliança no meio acadêmico nacional e internacional. "Os professores membros do GT são todos grandes referências na área", enfatizou João Paulo Santos.

Entre os projetos em curso, está, por exemplo, uma cooperação de estudos entre as políticas de combate à fome e à pobreza do Brasil e da China. Além disso, há também um estudo de indicadores sobre o peso de cada política pública que corroborou para a saída do Brasil do Mapa da Fome, anunciada em julho deste ano, e uma pesquisa de políticas de controle estratégico do preço dos alimentos no Brasil, no México e na Espanha. Outro exemplo destacado é um "macro-estudo" de todas as políticas de fomento à agricultura familiar no combate à fome e à pobreza na América do Sul.

Lançada em 2024, a iniciativa tem como objetivo apoiar e acelerar os esforços para erradicar a fome e a pobreza, ao mesmo tempo em que reduz as desigualdades e defende caminhos de transição sustentáveis, inclusivos e justos. Atualmente conta com 102 países, além de diversos organismos internacionais, bancos de desenvolvimento, instituições financeiras e organizações da sociedade civil. O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, é também copresidente da Aliança Global.



[**CDR aprova aporte para concluir 22 mil moradias do Minha Casa, Minha Vida**](#)



A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou, no dia 2 de setembro, o projeto para permitir o aporte da União para a conclusão, legalização e entrega de cerca de 22 mil moradias do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

O Projeto altera a Lei 11.977, de 2009, para beneficiar cerca de 22 mil famílias que ainda não tiveram suas moradias entregues pelo Programa Minha Casa Minha Vida – modalidade oferta pública.

O texto permite que as instituições ou os agentes financeiros manifestem interesse na conclusão e entrega dessas moradias, e que a União forneça um aporte adicional de recursos para tal, até o valor de R\$ 60 mil por família. A legislação atual proíbe o governo federal de complementar o valor para a conclusão dessas obras.

Na justificativa, o autor enfatiza a importância da ajuda do governo federal para a conclusão de casas para famílias de baixa renda, em municípios de menor porte, que não foram atendidas com medidas similares adotadas pelo Ministério das Cidades.

Fonte: Senado Notícias.

[**Encontro Nacional da Estratégia Alimenta Cidades promove troca de experiências em agricultura urbana**](#)



Fortalecer a governança intersetorial e o financiamento em ações de segurança alimentar. Soluções para os temas foram discutidas no primeiro dia do III Encontro Nacional da Estratégia Alimenta Cidades, no dia 22 de setembro, em Belo Horizonte. Com apoio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o evento pretende fortalecer a agenda alimentar urbana no Brasil.

O encontro abre espaço para o diálogo e a troca de conhecimentos entre técnicos de diversas áreas do país sobre medidas de segurança alimentar e nutricional. No painel “Rotas de implementação: diálogo sobre a experiência das cidades”, representantes de cinco municípios relataram suas experiências no âmbito da Estratégia Alimenta Cidades.

Representantes de Curitiba e Brasília também contribuíram com o painel. No auditório, o público era formado por dezenas de técnicos de municípios brasileiros que já estão ou pretendem desenvolver e fortalecer, em seus territórios, políticas públicas focalizadas na segurança alimentar e nutricional de famílias em vulnerabilidade social.

A Estratégia Alimenta Cidades vem sendo desenvolvida em municípios prioritários, conforme a Portaria MDS N° 987, a partir de medidas que considerem o contexto específico dos territórios, com foco em garantir o acesso à alimentação para populações mais vulnerabilizadas.

Fonte: Governo Federal.

CAE dá aval a 8 milhões de euros para combate à fome no Ceará



A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) autorizou, no dia 9 de setembro, a contratação de um empréstimo no valor de 8 milhões de euros do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) para o Ceará. O dinheiro deve ser usado em ações de combate à fome e à pobreza extrema no meio rural. A matéria (MSF 59/2025) segue para o Plenário em regime de urgência como um projeto de resolução.

O texto recebeu relatório favorável do senador Cid Gomes (PSB-CE), lido na CAE pela senadora Augusta Brito (PT-CE). Segundo CID, o empréstimo vai custear o Projeto Paulo Freire II, que atende agricultores familiares e comunidades tradicionais no semiárido cearense.

"O Projeto Paulo Freire II representa um avanço significativo na formulação de políticas públicas integradas para o semiárido, com enfoque territorial, inclusão social e inovação tecnológica", afirmou Cid no seu parecer.

O financiamento deve ter uma contrapartida estadual de 2 milhões de euros. O prazo de financiamento é de 18 anos, com até 42 meses de carência.

Fonte: Senado Notícias.

Municípios mais carentes terão prioridade na distribuição de recursos para segurança alimentar



A Presidência da República deve sancionar nos próximos dias um projeto de lei do Senado que dá aos municípios mais carentes prioridade para receber recursos públicos destinados à segurança alimentar (PL 800/2024). A proposta, do senador Jader Barbalho (MDB-PA), foi aprovada pelo Senado em setembro de 2024, em decisão da Comissão de Agricultura (CRA) e confirmada pela Câmara dos Deputados nesta semana. Ela será enviada em breve para sanção do presidente da República.

A avaliação da segurança alimentar e nutricional das cidades levará em conta pesquisas oficiais realizadas pelo IBGE e os dados dos cadastros de políticas e programas sociais. Também poderão ser usados, de forma complementar, os índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), produzidos por parcerias entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro.

Atualmente, de acordo com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346, de 2006), os critérios de avaliação são definidos pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). De acordo com o Executivo, o objetivo do sistema é assegurar alimentação adequada em todo o país.

Para isso, o Sisan tem políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, com integração entre governo e sociedade civil, e promove o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional brasileira. O Sisan tem gestão intersetorial e participativa, com articulação entre os três níveis de governo e participação da sociedade civil organizada para execução das políticas do sistema. Os 26 estados e o Distrito Federal já aderiram ao Sisan.

Fonte: AMM MT.

Comissão aprova projeto que prevê, em programa habitacional, apoio a ações sobre cuidados com animais



A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que inclui, entre os objetivos do Programa Minha Casa, Minha Vida, a integração com ações de assistência social e de cuidados com animais domésticos. As novas diretrizes incluem:

- 1.a promoção da integração com ações e programas locais voltados à assistência social e à proteção e cuidados com animais domésticos, para promoção do bem-estar comunitário e da sustentabilidade socioambiental, respeitadas as competências dos entes federativos e as possibilidades de articulação local; e
- 2.o estímulo à previsão, nos empreendimentos, de áreas de uso comum que favoreçam a convivência segura e salubre com animais domésticos, conforme demanda local e observadas as normas urbanísticas aplicáveis.

Além disso, a produção de unidades imobiliárias do Minha Casa, Minha Vida deverá considerar as condições de risco climático e suas possíveis mitigações, conforme regulamentação a ser elaborada posteriormente.

Atualmente, os governos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e as demais instituições que participam do Minha Casa, Minha Vida estão obrigadas, por lei, a desenvolver trabalhos sociais nos empreendimentos implantados.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, terá de ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Fonte: Câmara dos Deputados.

Comissão aprova renovação do Plano Nacional de Assistência Social a cada dez anos



A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que determina que seja estabelecido em lei, a cada dez anos, um Plano Nacional de Assistência Social, com objetivos, estratégias e metas para o aperfeiçoamento da área.

Aprovado em caráter conclusivo, o projeto seguirá para o Senado, a menos que haja recurso para votação no Plenário.

Pela proposta, o cumprimento das metas do Plano deve ser atestado com base nos dados do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Caberá ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) elaborar o documento.

O texto aprovado é o substitutivo ao Projeto de Lei 9250/17, do ex-deputado Eduardo Barbosa, que pretendia transformar em lei as diretrizes e metas do Plano Nacional de Assistência Social (PNAS). A relatora, deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), optou por adotar o parecer de sua autoria, aprovado anteriormente pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.

Laura Carneiro observou que o PNAS previsto na versão original já se encaminha para o fim de sua vigência em 2026. Nesse sentido, ela optou por estipular em lei a adoção de planos decenais sobre o tema, inserindo essa medida na Lei 8.742/93, que trata da organização da assistência social.

Fonte: Câmara dos Deputados.

Municípios selecionados para o programa Minha Casa Minha Vida já têm prazo para cadastrar propostas



Os Municípios selecionados para a modalidade do programa Minha Casa, Minha Vida voltada a localidades com até 50 mil habitantes (FNHIS), têm até o dia 12 de setembro para cadastrar suas propostas na plataforma Transferegov. Em agosto, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) divulgou a listagem para a modalidade.

Com o objetivo de auxiliar os Municípios, a CNM consultou a Caixa Econômica Federal e obteve orientações detalhadas sobre os procedimentos de cadastramento. Para realizar o cadastramento, é necessário acessar a plataforma com login e senha e selecionar o código do programa 5600020250030. As equipes dos 2.726 Municípios selecionados devem estar atentas aos critérios exigidos quanto à área destinada à construção das unidades habitacionais, que devem ser corretamente informadas.

Para a CNM, a ampliação dos programas e recursos habitacionais para os Municípios de pequeno porte é essencial, especialmente após um intervalo de mais de 13 anos sem contratações nessa modalidade. Este foi um dos temas debatidos durante a XXVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios deste ano. No entanto, a CNM recomenda cautela aos Municípios e reforça a necessidade de uma avaliação criteriosa sobre a capacidade técnica e financeira de execução de cada Município relacionada à composição dos investimentos, gerenciamento do cadastro habitacional e as etapas do trabalho técnico social.

Em caso de dúvida, os gestores podem consultar o Kit FNHIS, que tem como objetivo otimizar o uso dos recursos locais na estruturação dos projetos de engenharia e arquitetura na fase de contratação, seu uso não é obrigatório pelos Municípios.

Fonte: AMM MT.

Prefeitura de Cuiabá realiza mutirão de cadastros unipessoais no Pedra 90



A Prefeitura de Cuiabá, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão, realizou, no dia 20 de setembro, um mutirão no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Pedra 90, com foco na atualização dos cadastros unipessoais.

A ação contabilizou 299 visitas domiciliares, sendo 167 concluídas com sucesso e 132 tentativas registradas sem êxito, mas que permanecem validadas para fins legais. O trabalho faz parte do processo de adequação à Lei nº 15.077/2024 e ao Decreto nº 12.534/2025, que determinam a obrigatoriedade de entrevistas presenciais para a manutenção dos benefícios sociais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Segundo a secretária municipal de Assistência Social, Hélida Vilela, o mutirão reforça o compromisso da gestão em garantir que nenhuma família fique sem acesso aos programas sociais por falta de atualização. "Essas visitas são fundamentais para assegurar que os dados estejam corretos e que os beneficiários continuem recebendo seus direitos. É um trabalho de proximidade, de escuta e de respeito à população, que exige dedicação dos nossos servidores e parceiros. O Pedra 90 deu mais uma prova da força da união em prol da comunidade", destacou.

A Prefeitura continuará a realização dos mutirões em diferentes regiões da capital, até alcançar as mais de 11 mil famílias que ainda precisam regularizar sua situação no Cadastro Único.

Fonte: Prefeitura de Cuiabá.

Com adesão Mais de 600 novas matrículas em capacitações são realizadas em mutirão de entrega de cartões do SER Família

Durante os mutirões de entrega dos cartões do Programa SER Família os beneficiários tiveram a oportunidade de receber orientações para conhecimento e inscrição para realizar os cursos de qualificação ofertados pelo Programa SER Família Capacita. Ao todo, foram 614 novas inscrições no programa, somando Cuiabá e Várzea Grande.

A capacitação, oferecida para todo Mato Grosso, é uma das condicionalidades exigidas para a permanência no Programa SER Família. O interessado pode realizar a inscrição online, pelo site do programa, ou pessoalmente durante os mutirões da Setasc. Em Cuiabá, durante o mutirão realizado de 01 a 5 de setembro, foram mais de 400 inscrições no SER Família Capacita. Em Várzea Grande, no mesmo período, foram mais de 200.

As pessoas interessadas em realizar algum curso de capacitação oferecido pelo SER Família Capacita, podem procurar informações junto à Setasc ou no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), para realizar inscrição de forma presencial. As inscrições também podem ser feitas de forma online, pelo site do programa.

Em Cuiabá, a entrega dos cartões SER Família foi realizada de 1 a 5 de setembro na sede da Setasc. No mesmo período, em Várzea Grande, a entrega ocorreu no Ginásio Fiotão. Durante essas datas, além da entrega dos cartões, as equipes da assistência social estiveram disponíveis para atendimentos e orientações acerca do programa SER Família Capacita.

Nos municípios do interior, os cartões foram entregues às equipes da Polícia Militar, que repassam às secretarias municipais de Assistência Social, responsáveis pela distribuição aos beneficiários.

Fonte: Governo de Mato Grosso.



Comissão aprova manutenção de benefícios sociais para trabalhadores safristas

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 299/25 que permite aos trabalhadores contratados por safra manter benefícios sociais, como o Bolsa Família.

O contrato de safra tem duração vinculada às variações da atividade agrária. Pela proposta, a remuneração obtida nesse tipo de contrato não será considerada no cálculo da renda familiar per capita, que define a concessão ou manutenção de benefícios sociais.

O próximo passo é a proposta seguir para análise em caráter conclusivo das comissões de Trabalho; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Câmara dos Deputados.



342ª Reunião Ordinária do CNAS reúne comissões e debate temas centrais para a política de assistência social

Entre os dias 8 e 12 de setembro de 2025, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) realizou a 342ª Reunião Ordinária, marcada por intensas agendas, discussões técnicas e deliberações importantes para o fortalecimento da política de assistência social. No dia 9, também ocorreu a Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e o CAS/DF, já registrada em nota especial publicada no blog.

O dia 8 de setembro foi dedicado integralmente à Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, que se reuniu das 9h às 18h para alinhar os trabalhos preparatórios da Conferência. No dia 10, as comissões temáticas do CNAS tiveram uma programação intensa entre 9h e 16h, incluindo a Reunião Conjunta da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda e da Comissão de Política da Assistência Social, que avaliou e sistematizou as contribuições da Consulta Pública sobre a proposta de Resolução de Benefícios Eventuais; a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social (CAC), que revisou e atualizou o Plano de Ação frente ao Relatório da Controladoria-Geral da União sobre a atuação dos Conselhos no exercício de 2024; a Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências, que validou o material a ser enviado aos delegados da 14ª Conferência Nacional; a Comissão de Financiamento e Orçamento, que debateu a Recomendação 5 referente à garantia do percentual mínimo legal dos recursos de IGD-PBF e IGD-SUAS para apoio aos Conselhos; e a Comissão de Normas da Assistência Social, que tratou da proposta de alteração da Resolução CNAS nº 100/2023, sobre diretrizes de estruturação, reformulação e funcionamento dos conselhos. Ainda no mesmo dia, das 16h às 18h, ocorreu a Reunião da Presidência Ampliada do CNAS.

No dia 11, a programação iniciou com a reunião interna de alinhamento dos Representantes de Segmentos. Na sequência, foi aprovada a ata da 341ª Reunião Ordinária e a pauta da 342ª. Ainda durante a manhã e no início da tarde, a Comissão de Normas apresentou seu relato, seguida dos relatos da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, da Comissão de Política da Assistência Social em conjunto com a Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda, e da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências.

O último dia da reunião, 12 de setembro, iniciou com o relato da Reunião da Presidência Ampliada. À tarde, a Comissão de Financiamento e Orçamento apresentou seus encaminhamentos, e em seguida foram feitos os informes da Presidência e Secretaria Executiva, da CIT, da SNAS/MDS, do FONSEAS, do CONGEMAS e dos Conselheiros. Com isso, foi concluída a 342ª Reunião Ordinária do CNAS.

Fonte: CNAS.



Reunião Trimestral do CNAS reúne CEAS e CAS/DF em setembro de 2025



Um momento de emoção e reconhecimento marcou a abertura da Reunião Trimestral do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), realizada no dia 9 de setembro. A reunião foi presidida por Edgilson Tavares, presidente do CNAS, e pela vice-presidente Márcia Rocha, com a presença do secretário nacional de Assistência Social, André Quintão, conselheiras e conselheiros dos Conselhos Estaduais de Assistência Social (CEAS) e do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF).

A solenidade de abertura foi dedicada a uma justa homenagem à eterna secretária executiva do CNAS, Maria das Mercês Avelino de Carvalho Filgueiras, com a inauguração da Sala Maria das Mercês Avelino de Carvalho Filgueiras. Mercês foi incansável na defesa da política de assistência social, dedicando sua trajetória ao fortalecimento do SUAS e à garantia dos direitos da população.

A homenagem contou com falas emocionadas da conselheira nacional Margareth Dallaruvera, da conselheira Solange Bueno, do presidente Edgilson Tavares, da vice-presidente Márcia Rocha, do secretário nacional André Quintão, de uma secretária executiva dos CEAS, representante por todas as secretárias executivas do Brasil e de outros conselheiros e conselheiras que conviveram com Mercês, reafirmando sua grandeza e legado.

A cerimônia teve a presença da família de Mercês: os filhos Geovana Carvalho Filgueiras e Eduardo Carvalho Filgueiras, o irmão Juarez Carvalho e a irmã Sônia Araújo, que compartilharam esse momento de gratidão e memória junto ao colegiado.

O ato foi concluído com a inauguração da placa que nomeia a nova sala, conduzida pela atual secretária executiva do CNAS, Thais Braga, ao lado de toda a equipe da Secretaria Executiva, em um gesto de reconhecimento histórico e merecido.

Fonte: CNAS.

2. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)



2. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)



Instituições discutem ações para indígenas Warao em Cuiabá

O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), por meio da Procuradoria Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente, participou de reunião com a Defensoria Pública da União (DPU) , no 1º de setembro, com o objetivo de atualizar e fortalecer o processo de articulação interinstitucional voltado à garantia de direitos da população indígena venezuelana da etnia Warao, residente em Cuiabá.

O encontro foi conduzido pelo Defensor Regional de Direitos Humanos, Renan Vinícius Sotto Mayor de Oliveira, e contou com a presença do **Procurador de Justiça Paulo Roberto Jorge do Prado**, do antropólogo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Aloir Pacini, dos assessores técnicos Antônio Junqueira e Elana Freiras, além de lideranças comunitárias como o presidente da União das Associações de Moradores do Coxipó, Benedito Paulo, e o presidente da Federação Mato-grossense de Bairros, Walter Arruda, que também é vice-presidente da Confederação Nacional de Bairros.

Durante a reunião, foi discutida a possibilidade de realização de uma audiência pública para tratar da situação dos Warao em Cuiabá, com foco em temas como educação, saúde e habitação. Atualmente, cerca de 300 famílias da etnia vivem na capital mato-grossense. Segundo dados da prefeitura, 68 estão inseridas no Cadastro Único e 63 recebem o benefício do Bolsa Família. Aproximadamente 54 crianças estão matriculadas na rede municipal de ensino.



“É fundamental que as instituições atuem de forma articulada e sensível às especificidades culturais desses povos, garantindo acesso à educação, saúde e moradia digna. Precisamos garantir a proteção integral das crianças e adolescentes, especialmente em contextos de vulnerabilidade como o vivido pela comunidade Warao”, destacou o Procurador de Justiça.

Fonte: MPMT.

2. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)



Instituições discutem ações para indígenas Warao em Cuiabá

Com foco na segurança alimentar e no fortalecimento da agricultura familiar, o Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) encerrou, no dia 19 de setembro, o evento Cibus Veritas: Comida de Verdade para Todos, Agricultura Familiar contra a Fome, que consolidou importantes etapas do projeto pioneiro voltado ao combate à fome e à promoção da dignidade humana. A iniciativa mobilizou membros do MPMT, pesquisadores e lideranças sociais.

O evento integra a segunda etapa do projeto Cibus Veritas. “*Nosso compromisso é com o Estado de Mato Grosso. Precisamos mudar a posição de políticas de governo para políticas de Estado, especialmente diante da urgência climática que afeta diretamente a alimentação do nosso povo*”, destacou o **Procurador de Justiça José Antônio Borges Pereira**, titular da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania, Consumidor, Direitos Humanos, Minorias, Segurança Alimentar e Estado Laico.

A primeira fase do projeto teve como foco a mobilização da sociedade e dos poderes públicos em torno da segurança alimentar e nutricional. O Cibus I promoveu a criação de 32 hortas escolares em Mato Grosso, além da produção do filme educativo O Maravilhoso Cardápio de Descobertas da Alice, que sensibilizou comunidades escolares sobre o tema.



“*Essa árvore frondosa há de produzir sombra para aqueles que temos obrigação institucional de defender. O Ministério Público é uma instituição poética, criada para garantir uma sociedade justa e igualitária. Se ele não fizer, quem fará?*”, **destacou o Promotor de Justiça Henrique Schneider Neto.**

Fonte: MPMT.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MPAM alinha fluxo para atendimento de pacientes com alta hospitalar que necessitem de acolhimento socioassistencial

O acolhimento socioassistencial de pacientes com alta hospitalar, mas em situação de vulnerabilidade social, passará a seguir um fluxo oficial de atendimento. A iniciativa é do Ministério Público do Amazonas (MPAM), juntamente com secretarias estaduais – Saúde (SES), Assistência Social (Seas) e Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc) – e municipais – Mulher, Assistência Social e Cidadania (Semasc) e Saúde (Semsa).

Apresentado em reunião, no dia 9 de setembro, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, o fluxo partirá de uma avaliação inicial, via Projeto Terapêutico Singular (PTS), da SES, seguido de encaminhamentos aos equipamentos socioassistenciais de acordo com os seguintes cenários:

- Com família a ser trabalhada - À Semasc, para acolhimento pelos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e de Referência Especializado de Assistência Social (Creas);
- Sem rede familiar - Aos Serviços de Acolhimento Emergencial (SAE) Gecilda Albano Peçanha ou de Acolhimento Institucional (SAI) Amine Daou, da Semasc; à Casa Jacamim, da Seas; ou à Fundação Municipal Dr. Thomas.

A demanda partiu de uma manifestação do Serviço de Pronto Atendimento (SPA) do São Raimundo, mais tarde registrada como notícia de fato (nº 01.2025.00003408-4) e procedimento administrativo (nº 09.2025.00000583-4).

Fonte: MPAM.

MP do Ceará recomenda que Prefeitura de Forquilha estruture CREAS e elabore plano de atendimento socioeducativo para crianças e adolescentes

O Ministério Público do Ceará, por meio da Promotoria de Justiça Vinculada de Forquilha, expediu, no dia 12 de setembro, a recomendação para a Prefeitura de Forquilha adotar, em até 30 dias, medidas para garantir o fortalecimento da rede de proteção a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

O documento destaca três pontos centrais: Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em consonância com a Lei nº 12.594/2012 (SINASE) e com o Planos Nacional e Estadual; Inscrição obrigatória dos programas de atendimento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); e Estruturação física do CREAS, assegurando espaços adequados para recepção, atendimento individual e familiar, atividades em grupo, setor administrativo, banheiros, copa e cozinha.

Segundo o **Promotor de Justiça Rodrigo Calzavara**, responsável pela medida, o objetivo é garantir atendimento digno e eficaz, promovendo a adequada organização do CREAS para responder às demandas da população que busca o serviço. Ele ressaltou que o não cumprimento no prazo estipulado poderá ensejar a adoção de medidas judiciais cabíveis.

Fonte: MPCE.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MP do Ceará recomenda que Prefeitura de Apuiarés crie programa de assistência destinado às mães de crianças atípicas

O Ministério Público do Ceará, por meio da Promotoria de Justiça Vinculada de Apuiarés, recomendou que a Prefeitura crie, em até 45 dias, programa de assistência destinado às mães de crianças atípicas, garantindo atendimento psicológico e social com profissionais especializados, vinculados à Secretaria Municipais de Assistência Social (SASP) e de Saúde (SMS). O documento, assinado pela promotora de Justiça Lara Dourado, também recomenda a criação, em até 30 dias, de espaço de convivência coordenado pela SASP, destinado à realização de atividades como rodas de conversa e palestras para proporcionar acolhimento e compartilhamento de vivências entre essas mães.

Durante reunião realizada na Promotoria, as mães relataram as dificuldades enfrentadas na maternidade e no acesso aos serviços públicos, além de reivindicarem maior investimento na área da saúde. *"As mães de crianças atípicas, frequentemente principais responsáveis pelo cuidado, enfrentam sobrecarga física, emocional, social e econômica, demandando políticas públicas específicas que lhes ofereçam suporte e valorização"*, ressalta a **Promotora de Justiça**.

A recomendação é baseada no Estatuto da Pessoa com Deficiência, que prevê que as ações e serviços de saúde pública destinados a pessoa com deficiência devem assegurar também atendimento psicológico, inclusive para seus familiares e atendentes pessoais.

Fonte: MPCE.

MPGO aciona município de Anápolis para garantir que Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua funcione

O Ministério Público de Goiás (MPGO) ingressou com ação contra o município de Anápolis para coibi-lo de fechar ou alterar a destinação do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP). A medida, segundo o **Promotor de justiça Paulo Martorini**, visa assegurar a manutenção e continuidade do serviço socioassistencial essencial, indispensável à efetivação de direitos dessa população.

Conforme denunciado ao MP, as pessoas em situação de rua estavam abrigadas na Praça Bom Jesus, utilizando o espaço público como moradia e danificando árvores ali existentes. A partir daí, o promotor de Justiça instaurou inquérito para apurar a implementação de políticas públicas voltadas para essa população no município.

Foram apuradas graves falhas na rede de proteção social, mas alguns avanços, como a reforma do Centro POP, que passou a contar com modernas instalações. No entanto, apesar dos investimentos e da essencialidade do serviço, foi verificado que o município pretende extinguir a unidade e destinar o imóvel para outra finalidade, desconsiderando a vedação constitucional do retrocesso social que impede a supressão de políticas públicas já implementadas.

Fonte: MPGO.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



Direitos humanos em pauta no Podcast MPMS: desafios, avanços e perspectivas em Mato Grosso do Sul

O mais recente episódio do podcast institucional do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS) trouxe uma conversa aprofundada sobre a importância dos direitos humanos e os desafios atuais na promoção da cidadania. O programa recebeu Ben-Hur Ferreira, Secretário-Executivo de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos (Sead), que compartilhou experiências e reflexões sobre a atuação do governo estadual em parceria com instituições como o MPMS.

No episódio, apresentado pela **Promotora de Justiça do Núcleo da Cidadania (Nuci), Paula Volpe**, Ben-Hur destacou a relevância histórica dos direitos humanos, explicando suas dimensões, individual, social e coletiva, e como elas se conectam à cidadania e à assistência social. Ele ressaltou que a consolidação de uma cultura de respeito e pluralidade depende do engajamento coletivo e da atuação coordenada entre o Estado, a sociedade civil e entidades do terceiro setor.

O Secretário-Executivo também apresentou projetos em andamento, como a criação do Centro de Atendimento ao Migrante, voltado a oferecer documentação e suporte a famílias em situação de vulnerabilidade, e falou sobre iniciativas de combate ao racismo, inclusive com cursos e treinamentos para forças de segurança pública. Outro ponto abordado foi o fortalecimento do terceiro setor por meio de editais públicos e parcerias, além de um mapeamento inédito das comunidades quilombolas, ribeirinhas e áreas de retomada no Estado.

Fonte: MPMS.

MPMS acompanha implementação da tarifa social de água e esgoto em Paraíso das Águas

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Chapadão do Sul, instaurou procedimento administrativo para acompanhar a implementação da tarifa social de água e esgoto no município de Paraíso das Águas, conforme previsto pela Lei (federal) nº 14.898/2024. A portaria foi divulgada no Diário Oficial da instituição no dia 10 de setembro.

A medida foi tomada após encaminhamento do Núcleo do Direito do Consumidor (Nudecon) do MPMS, que recebeu carta aberta do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas) alertando sobre a necessidade do cumprimento da nova legislação. A norma assegura o desconto mínimo de 50% na tarifa de água e esgoto para famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) e em situação de vulnerabilidade social.

A **Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira**, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Chapadão do Sul, determinou diligências junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) e à Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Cidadania, solicitando informações sobre as providências adotadas para garantir o benefício às famílias que têm direito.

Fonte: MPMS.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



Ministério Público do Paraná e Rede de Proteção Social levam serviços essenciais de várias áreas para bairros vulneráveis de União da Vitória

O Ministério Público do Paraná, por meio da Central de Atendimento de União da Vitória (Sudeste do estado), e a Rede de Proteção Social do município farão atendimentos descentralizados à população no dia 28 de agosto, das 13 às 17 horas, no bairro São Sebastião. A iniciativa será a primeira do projeto “Ação Rede em Movimento”, que busca levar serviços essenciais de justiça, saúde, educação e assistência social às populações de regiões vulneráveis da cidade. O projeto é articulado pela 3ª Promotoria de Justiça de União da Vitória em parceria com a Igreja São Sebastião Mártir.

No dia da ação estarão presentes para atender a população representantes de várias instituições, como Tribunal de Justiça do Paraná, Defensoria Pública do Estado, Patrulha Maria da Penha, Núcleo Regional de Educação, secretarias municipais, Patrulha Escolar, Projeto Incluir, Unespar, Delegacia da Mulher, 4ª Subdivisão da Polícia Civil, Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná, Serviço Social do Comércio, Serviço Nacional de Emprego e Alcoólicos Anônimos, entre outros.

Fonte: MPPR.

MPPE recomenda município adotar medidas para fortalecer rede de proteção e acolhimento da criança e do adolescente

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio das 1ª e 5ª Promotorias de Justiça local, recomendou ao prefeito de Paulista, Severino Ramos, e à secretaria de Políticas Sociais, Amanda Santana, que sejam tomadas todas as providências necessárias ao saneamento da defasagem quanto ao número de profissionais existentes nas equipes interdisciplinares de todas as unidades de CRAS e CREAS, bem como da casa de acolhimento institucional Raimunda Leonor Nunes – Vó Raimunda, notadamente psicólogos e assistentes sociais.

Como recomendação, os gestores devem ainda implementar, no âmbito municipal, programas permanentes de capacitação continuada para os profissionais em questão, com enfoque específico no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso ou negligência. Também devem instituir e manter equipe técnica mínima, composta por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, na casa de acolhimento institucional Raimunda Leonor Nunes – Vó Raimunda, bem como em todas as unidades de CRAS e CREAS.

Por fim, no caso de ser promovido concurso público para a nomeação dos servidores, anteriormente à vigência do certame, que seja efetivada a contratação de profissionais, a exemplo de realização de processo seletivo simplificado, desde que respeitados os limites impostos pela lei, com a finalidade de sanar a defasagem existente. A urgência no preenchimento destes cargos é prioridade absoluta que a situação requer.

Fonte: MPPE.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MPPI realiza primeira reunião do grupo de trabalho para fortalecimento e ampliação do serviço de Família Acolhedora no Piauí

O Ministério Público do Estado do Piauí, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (Caodij), realizou, no dia 5 de setembro, a primeira reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional criado para discutir estratégias de implantação e ampliação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) no estado. O encontro ocorreu em formato híbrido, com parte dos participantes reunidos no auditório da sede Leste do MPPI, em Teresina, e parte conectada pela plataforma Microsoft Teams.

Atualmente, o estado do Piauí conta com apenas três serviços de acolhimento familiar em funcionamento: dois em Teresina e um em Floriano, todos implantados por atuação direta do Ministério Público. Nesse sentido, a criação do grupo foi formalizada pela Portaria PGJ/PI nº 4046/2025, assinada pela **Procuradora-Geral de Justiça, Cláudia Pessoa Marques da Rocha Seabra**, em cumprimento à Recomendação nº 82/2021 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e à Recomendação Conjunta nº 2/2024. A iniciativa visa reduzir o número de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Além do MPPI, o grupo é composto por representantes de diversas instituições: Pacto pelas Crianças do Estado do Piauí, Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPE), Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (ALEPI), Secretaria de Estado da Assistência Social, Direitos Humanos e Cidadania (SASC), Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), Associação Piauiense de Municípios (APPM), Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/PI), Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA) e o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PI).

Fonte: MPPI.

Representantes do MPPI recebem secretário da SASC e discutem ações em benefício da pessoa idosa e da pessoa com deficiência

As **Promotoras de Justiça Janaína Aguiar e Marlúcia Evaristo** receberam, no dia 3 de setembro, o secretário de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SASC), João de Deus Sousa. O encontro foi realizado na sede do Ministério Público do Piauí (MPPI), localizada na zona Leste de Teresina.

Durante a reunião, o secretário se apresentou formalmente às Promotoras e colocou a SASC à disposição para dialogar com o MPPI sobre ações conjuntas voltadas à defesa dos direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência. Também foram apresentadas propostas de parceria entre os órgãos, incluindo uma campanha de conscientização sobre o envelhecimento e de estímulo à intergeracionalidade. A expectativa é de que a campanha seja lançada em outubro, mês em que se comemora o aniversário do Estatuto da Pessoa Idosa.

Outros temas discutidos no encontro foram melhorias na estrutura e no atendimento da Vila do Ancião; a proposta de criação de um programa estadual de famílias acolhedoras para pessoas idosas e com deficiência; e a implantação de uma residência inclusiva estadual.

Fonte: MPPI.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MPRJ investiga políticas públicas para proteção da população idosa em situação de rua nos municípios de Carapebus e Quissamã

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Macaé, instaurou, no dia 18 de setembro, Procedimentos Administrativos com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implementação de estratégias institucionais voltadas à proteção da população idosa em situação de rua, bem como o cumprimento das decisões proferidas no bojo da ADPF 976 do Supremo Tribunal Federal (STF), em Carapebus e Quissamã. Em diligências iniciais, foram expedidos ofícios às procuradorias municipais, para que apresentem uma série de dados, no prazo de vinte dias.

Dessa forma, ambos os municípios deverão apresentar: informações detalhadas sobre a existência da população em situação de rua na cidade, com recorte específico para pessoas idosas; descrição da estrutura atualmente disponível na rede socioassistencial e de saúde voltada ao atendimento dessa população, especialmente dos idosos; confirmação se existem protocolos intersetoriais formalizados para o atendimento desse público, indicando os fluxos de encaminhamento entre os setores de assistência social, saúde, habitação e demais políticas públicas envolvidas; a previsão orçamentária destinada à ampliação da rede de acolhimento institucional, bem como as ações concretas em andamento ou planejadas para a criação de novas vagas e qualificação dos serviços existentes.

Fonte: MPRJ.

Promotorias de Justiça aderem a projeto institucional para fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social

Promotorias de Justiça de Jaru, Costa Marques, Alvorada do Oeste e São Francisco do Guaporé receberam, no período de 7 a 13 de setembro, visitas técnicas e reuniões estratégicas como parte da 4ª etapa do projeto institucional “Minha Proteção no SUAS – MP SUAS”, promovido pelo Ministério Público de Rondônia.

A iniciativa é coordenada pelo Grupo de Atuação Especial Cível (Gaeciv), sob a direção do **Promotor de Justiça Julian Inthom Farago**, tendo como objetivo fortalecer a política de assistência social pertencente à rede integrada de proteção, promoção e defesa da criança e adolescente.

O projeto conta com a adesão ativa dos Promotores de Justiça das comarcas contempladas, que participaram das reuniões com Prefeitos, Gestores municipais da assistência social, planejamento e conselheiros tutelares.

Durante as visitas, foram discutidos temas como a Gestão municipal do SUAS; existência, estrutura e funcionamento dos equipamentos sociais e da vigilância socioassistencial; a execução dos serviços socioassistenciais tipificados da Proteção Social Básica e Especial (média e alta complexidade); regionalização e a aplicação dos recursos destinados ao SUAS e aos fundos específicos, como o Fundo da Criança e do Adolescente.

Fonte: MPRO.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MPRR acompanha patrulha da Operação Acolhida na capital junto a migrantes em situação de rua

O Ministério Público do Estado de Roraima, por meio do Grupo de Atuação Especial de Vítimas, Minorias e Direitos Humanos (GAEVI-MDH), acompanhou, em 17 de setembro, patrulhas realizadas pela equipe EVOE, em Boa Vista.

A equipe EVOE (Equipe de Verificação e Orientações Específicas) é um braço da Operação Acolhida criado para cooperar em ações que visam o monitoramento e a redução do número de migrantes que vivem em situação de rua na capital.

O objetivo do MPRR foi conhecer o trabalho da equipe EVOE, nas ruas da cidade. Os **Promotores de Justiça André Paulo dos Santos Pereira, Lucimara Campaner, Valdir Aparecido de Souza e Joaquim Eduardo dos Santos**, que integram o GAEVI-MDH, participaram da ação.

Os Promotores de Justiça e a equipe do MPRR foram recebidos pelo General de Divisão José Luís dos Santos e seu Estado Maior, participaram de uma apresentação sobre o trabalho humanitário realizado pela Operação Acolhida e, em seguida, saíram com o General e os militares pelas ruas de Boa Vista, visitando lugares com pessoas em situação de rua.

Fonte: MPRR.

MPSE recebe a Prefeita de Aracaju para explanação sobre ações voltadas à população em situação de rua e à infância e adolescência

Durante a sessão do Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ) do Ministério Público de Sergipe (MPSE), no dia 14 de setembro, a Prefeita de Aracaju, Emília Corrêa, e a Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (Semfas), Simone Valadares, apresentaram um diagnóstico detalhado sobre os principais desafios e as medidas que vêm sendo adotadas pelo Município nas áreas relacionadas à população em situação de rua e à infância e adolescência.

O encontro teve como objetivo promover a aproximação institucional e o alinhamento de estratégias para o fortalecimento de políticas públicas nessas áreas sensíveis. A apresentação trouxe dados, ações já implementadas e iniciativas em planejamento, abordando desde a ampliação de serviços de acolhimento até projetos voltados à proteção integral de crianças e adolescentes.

O **Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça, Nilzir Soares Vieira Junior**, destacou a importância das apresentações feitas pela gestão municipal. “O Ministério Público de Sergipe tem o compromisso permanente de dialogar com os gestores públicos para encontrar soluções efetivas para as demandas da sociedade. O debate de hoje demonstra que, com responsabilidade e cooperação, é possível avançar na proteção da população em situação de rua e na garantia integral dos direitos de crianças e adolescentes”, pontuou.

Fonte: MPSE.

4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



PARA OUVIR

1



"Fala MDS: entenda como o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU"



[Fonte: Sondcloud - Fala MDS.](#)

2



"Série com o CNAS trata do controle social do Bolsa Família e do CadÚnico "



[Fonte: Sondcloud - MDS.](#)

3



"MDS aprova estratégia para reduzir perdas e desperdícios de alimentos"



[Fonte: Sondcloud - MDS.](#)

4



"Ministério esclarece as principais dúvidas sobre o Bolsa Família"



[Fonte: Sondcloud - MDS.](#)

4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



PARA LER

5



"CURSO DE INTRODUÇÃO AO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL DO SUAS"

Fonte: Governo Federal.

6



"O Controle Social no SUAS na perspectiva dos participantes de um conselho local de assistência social"

Fonte: UFSC - Mariane Conceição da Silva.

PARA VER

7



"CONTROLE SOCIAL NO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"

Fonte: Canal do Youtube - Emancipar Assessoria e Consultoria Ltda.



5. ATOS NORMATIVOS DO SUAS

REOLUÇÕES CNAS/MDS



RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 205 • 16.9.2025

Aprova a instituição do Programa Nacional de Articulação e Fortalecimento da Rede Socioassistencial do SUAS Aprimora Rede+ e as estratégias operacionais relativas à sua coordenação, implementação, eixos de atuação, estrutura dos Núcleos de Apoio às Organizações da Sociedade Civil de Assistência Social, expansão e responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios.



RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 206 • 18.9.2025

Aprova o Regulamento da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social.



RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 207 • 18.9.2025

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS), no uso das competências que lhe confere o art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e face ao que dispõe o art. 35 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução CNAS nº 157, de 22 de maio de 2024,



RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 208 • 18.9.2025

Altera a Resolução CNAS/MDS nº 180, de 24 de dezembro de 2024, que institui a Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social e dá outras providências.

INFORMES CADÚNICO



INFORME Nº 74 • 03.9.2025

MDS lança novo público da Ação de Qualificação Cadastral de 2025. Novo público de famílias foi incluído no processo de Revisão Cadastral 2025, voltado para a atualização dos dados do Cadastro Único.



INFORME Nº 75 • 11.9.2025.

PROCAD-SUAS 2025 Segunda parte dos recursos é repassada pelo MDS. O objetivo do programa é fortalecer a capacidade institucional dos entes para a gestão do Cadastro Único no SUAS.



MPMT

Ministério Pùblico
DO ESTADO DE MATO GROSSO

